



GENERALI

Companhia de Seguros

REGULAMENTO DA POLÍTICA ANTI-FRAUDE

Artigo 1.º

ÂMBITO

1. O presente Regulamento consagra os princípios adoptados pela Generali, para a prevenção, detecção e reporte de prática de fraude, em conformidade com a Norma Regulamentar n.º 10/2009-R do Instituto de Seguros de Portugal.

2. Para efeitos do presente Regulamento considera-se «fraude contra os seguros» a prática de actos ou omissões intencionais, ainda que sob a forma tentada, com vista à obtenção de vantagem ilícita para si ou para terceiro, no âmbito da celebração ou da execução de contratos de seguro ou da subscrição de operações de capitalização, designadamente os que visem uma cobertura ou pagamento indevido.

Artigo 2.º

MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE PREVENÇÃO E DETECÇÃO

A fraude, de carácter interno ou externo, representa uma constante ameaça ao desenvolvimento da actividade seguradora, razão pela qual a Generali tem em permanente desenvolvimento um plano de prevenção e detecção de fraude que abrange:

- a constante identificação, registo e classificação de riscos de fraude;
- o desenvolvimento efectivo de práticas de controle de fraude;
- os procedimentos específicos de averiguação
- a divulgação de práticas de controle de fraude quer internamente quer pelos prestadores de serviços que colaboram com a Generali, designadamente na regularização de sinistros, estabelecendo objectivos de detecção de fraude e sistemas para premiar a sua detecção.

Artigo 3.º

MÉTODOS DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO RISCO DE FRAUDE

1. A identificação e avaliação dos riscos de fraude deve ser realizada em conformidade com o Sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno vigente no seio do Grupo Generali, nos termos da Ordem de Serviço n.º 2/2007.

2. O Comité de Gestão de Risco tem como missão a definição da estratégia de gestão do risco, incluindo o risco de fraude, em concordância com as instruções da Casa-mãe

Artigo 4.º

FORMAÇÃO DOS COLABORADORES

A Generali deve assegurar a formação contínua e a sensibilização adequada às funções desempenhadas pelos seus diferentes colaboradores e aos riscos de fraude a que se encontra exposta.

Artigo 5.º

CANAIS DE COMUNICAÇÃO E LINHAS DE REPORTE

1. Devem existir canais de comunicação internos e externos adequados e linhas de reporte apropriadas aos diversos riscos de fraude.

2. A Generali colaborará activamente na definição de regras no relacionamento entre as seguradoras e com as entidades oficiais, na prevenção, detecção e análise de casos de fraude.

Artigo 6.º

SISTEMAS DE REGISTO DE INFORMAÇÃO E ARQUIVO DE DOCUMENTAÇÃO

1. As situações de fraude ou de suspeita de fraude devem ser registadas e classificadas no sistema informático central da Generali, pelos colaboradores autorizados para o efeito.

2. A documentação física relativa aos processos de fraude deve ser arquivada autonomamente de modo adequado, designadamente para facultar o respectivo acesso aos colaboradores autorizados para o efeito.

3. O desenvolvimento do sistema de alertas automáticos no Sistema Informático deve permitir o bloqueio de entidades/pessoas já identificadas como tendo praticado ou tentado praticar fraudes.

Artigo 7.º

REVISÃO DE MECANISMOS E PROCEDIMENTOS (MONITORIZAÇÃO)

Os processos de prevenção e de detecção implementados devem ser periodicamente revistos e avaliados, sendo adoptadas também as medidas preventivas que evitem a repetição de práticas ilícitas já identificadas.

Artigo 8.º

DIVULGAÇÃO

O presente Regulamento será divulgado a todos os colaboradores.

Artigo 9.º

ENTRADA EM VIGOR

O presente Regulamento entra em vigor no dia 1 de Setembro de 2009.